

Congresso Nacional Ibsen nega mudança no regimento

22 OUT 1991

Andrei Meireles

Preocupado com a demora para apreciação de qualquer mudança constitucional no Congresso Nacional, o Governo tentou, ontem, sem êxito, obter apoio do PMDB para mudar as regras da tramitação para agilizar a votação do Emendão. O líder do bloco governista, deputado Ricardo Fiúza, apresentou ao presidente da Câmara, deputado Ibsen Pinheiro, e ao líder do PMDB, Genebaldo Correia, uma proposta de alteração dos três regimentos do Congresso Nacional — o do Senado, o da Câmara e o Comum das duas Casas — para que a tramitação seja simultânea. Ibsen a descartou: "Não cheguei sequer a lê-la. Não valeria a pena. Parece até inspirada pelo deputado José Genoino, do PT, pois complicará o processo e atrasará ainda mais a votação sobre as propostas do Governo".

Ibsen e Genebaldo ponderaram a Fiúza que só há uma maneira do Governo aprovar ainda este ano qualquer modificação na Constituição — as lideranças partidárias na Câmara e no Senado chegarem a uma entendimento em torno das mudanças com a adesão de todos ou pelo menos dos partidos que, somados, tenham bancadas iguais a

dois terços da Câmara e do Senado.

Por sua vez, Fiúza se diz convencido de que se não houver a reforma regimental ficará praticamente impossível alterar, como deseja o Governo, a Constituição. E justifica: "A Câmara pode aprovar uma mudança constitucional e o Senado, em seguida, modificá-la, retornando a proposta à Câmara, que pode rejeitar as alterações feitas pelos senadores. Esse pingue-pongue inviabilizaria as urgentes reformas pretendidas pelo Governo".

Ibsen defende as regras, argumentando que o pingue-pongue é melhor do que o sistema anterior quando a Câmara aprovava uma emenda constitucional e o Senado, se a rejeitasse depois, mandava arquivá-la: "A velocidade não depende das regras regimentais e constitucionais, mas sim do entendimento. Há clima no Congresso Nacional para um acordo em torno de um ajuste fiscal e da desregulamentação da economia".

Genebaldo Correia endossa a avaliação do presidente da Câmara: "Não adianta querer modificar a Constituição ou os regimentos porque se não houver acordo no mérito da reforma constitucional, essas propostas, também, serão

obstruídas, atrasando muito mais a votação do Emendão".

Relatorias

O líder do PMDB reivindicou, ontem, a indicação por seu partido de duas das cinco relatorias do Emendão. Fiúza não topou, recordando que o PMDB quando era o partido majoritário não abriu mão de indicar todos os relatores, Genebaldo, contudo, não desistiu: "A regra está a favor da posição de Fiúza, mas a questão é que qualquer mudança constitucional pressupõe boa vontade e entendimento. Espero que o líder do bloco governista reflita melhor e reveja sua posição".

O PMDB decidiu, ontem, adiar o seminário da sua bancada na Câmara com a Executiva Nacional — quando deverá ser definida a posição partidária em relação a todas as propostas do Emendão — da próxima quinta-feira para o dia 1º de novembro. Genebaldo justificou o adiamento, alegando que a pauta do Congresso Nacional esta semana está cheia de matérias acumuladas com o esvaziamento do Parlamento durante a visita do Papa João Paulo II ao Brasil. Na prática, porém, isto afetará o início de negociações efetivas em torno das mudanças propostas pelo Governo.